



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO Nº 013/2019\*

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 19 de março de 2019, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

1. Procedimento Ministerial nº 191.9.14060/2018, apenso ao Procedimento Ministerial nº 191.9.62664/2018, da Promotoria de Justiça de Formosa do Rio Preto;
2. Inquérito Civil nº 001.9.220577/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
3. Inquérito Civil nº 198.0.240601/2012, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;
4. Procedimento Ministerial nº 677.0.60646/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
5. Procedimento Ministerial nº 069.9.164007/2018, da Promotoria de Justiça de Catu;
6. Inquérito Civil nº 600.9.91874/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
7. Inquérito Civil nº 674.0.168268/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
8. Inquérito Civil nº 003.9.134578/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
9. Inquérito Civil nº 677.0.149282/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
10. Inquérito Civil nº 003.1.14259/2003, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
11. Inquérito Civil nº 003.0.112520/2008, da Promotoria de Justiça de Barreiras;
12. Procedimento Ministerial nº 001.0.216840/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
13. Procedimento Ministerial nº 003.9.76007/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
14. Inquérito Civil nº 701.9.15280/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
15. Inquérito Civil nº 674.9.83639/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
16. Inquérito Civil nº 598.0.68917/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
17. Procedimento Ministerial nº 598.0.86289/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;



18. Inquérito Civil nº 714.0.152136/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
19. Procedimento Ministerial nº 003.9.81831/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
20. Procedimento Ministerial nº 003.0.92620/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
21. Inquérito Civil nº 712.0.166557/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
22. Inquérito Civil nº 708.0.147814/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
23. Procedimento Ministerial nº 003.0.119409/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
24. Inquérito Civil nº 600.9.258463/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
25. Procedimento Ministerial nº 003.9.21860/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
26. Procedimento Ministerial nº 003.0.174138/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
27. Inquérito Civil nº 167.0.129110/2013, da Promotoria de Justiça de Mata de São João;
28. Procedimento Ministerial nº 083.0.261023/2016, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira;
29. Inquérito Civil nº 591.0.33778/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
30. Procedimento Ministerial nº 003.9.47066/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
31. Inquérito Civil nº 003.0.77755/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
32. Procedimento Ministerial nº 933.0.133165/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
33. Inquérito Civil nº 003.9.199480/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
34. Inquérito Civil nº 708.9.97866/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
35. Inquérito Civil nº 600.9.655/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
36. Inquérito Civil nº 674.9.161868/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
37. Inquérito Civil nº 674.0.163452/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
38. Inquérito Civil nº 598.0.190420/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;



39. Procedimento Ministerial nº 596.0.87149/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
40. Procedimento Ministerial nº 101.0.44278/2015, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
41. Inquérito Civil nº 600.9.35385/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
42. Inquérito Civil nº 600.9.209970/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
43. Inquérito Civil nº 600.9.169375/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
44. Procedimento Ministerial nº 677.0.199479/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
45. Inquérito Civil nº 003.0.116441/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
46. Inquérito Civil nº 600.9.208911/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
47. Inquérito Civil nº 600.9.202525/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
48. Procedimento Ministerial nº 608.9.163213/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
49. Inquérito Civil nº 003.9.85378/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
50. Inquérito Civil nº 598.0.224454/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
51. Inquérito Civil nº 003.0.128683/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
52. Procedimento Ministerial nº 003.9.121055/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
53. Inquérito Civil nº 001.9.197191/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
54. Inquérito Civil nº 001.9.267322/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
55. Inquérito Civil nº 717.0.75409/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;
56. Inquérito Civil nº 003.0.22704/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
57. Procedimento Ministerial nº 003.0.11526/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
58. Inquérito Civil nº 167.9.40461/2017, da Promotoria de Justiça



- Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
59. Inquérito Civil nº 003.9.121018/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
  60. Procedimento Ministerial nº 003.9.258132/2017, da 3ª Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
  61. Inquérito Civil nº 034.0.121894/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
  62. Inquérito Civil nº 674.9.152951/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  63. Inquérito Civil nº 003.0.196364/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  64. Procedimento Ministerial nº 694.0.106452/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
  65. Procedimento Ministerial nº 003.0.196772/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  66. Inquérito Civil nº 681.0.197729/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
  67. Procedimento Ministerial nº 598.9.71889/2018, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  68. Inquérito Civil nº 003.0.141192/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  69. Inquérito Civil nº 167.0.236830/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
  70. Inquérito Civil nº 003.0.82830/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  71. Inquérito Civil nº 591.9.135195/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
  72. Procedimento Ministerial nº 003.1.65577/2006, da Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;
  73. Procedimento Ministerial nº 608.0.162990/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
  74. Inquérito Civil nº 003.0.217944/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  75. Inquérito Civil nº 003.0.210864/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  76. Inquérito Civil nº 128.0.234357/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
  77. Inquérito Civil nº 597.0.193435/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  78. Inquérito Civil nº 003.0.236693/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  79. Inquérito Civil nº 003.0.28591/2012, do Grupo de Atuação Especial



- de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
80. Procedimento Ministerial nº 003.0.127447/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  81. Inquérito Civil nº 600.9.209133/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
  82. Inquérito Civil nº 644.0.90236/2014, da Promotoria de Justiça de Condeúba;
  83. Inquérito Civil nº 003.9.110562/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
  84. Procedimento Ministerial nº 933.0.153421/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
  85. Procedimento Ministerial nº 694.0.252916/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
  86. Procedimento Ministerial nº 696.9.73614/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
  87. Inquérito Civil nº 716.0.109253/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
  88. Procedimento Ministerial nº 598.9.254587/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  89. Inquérito Civil nº 307.0.220563/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  90. Procedimento Ministerial nº 116.9.43131/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Esplanada;
  91. Inquérito Civil nº 003.9.82140/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  92. Inquérito Civil nº 003.9.69182/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  93. Inquérito Civil nº 597.0.116966/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  94. Inquérito Civil nº 249.9.96421/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;
  95. Inquérito Civil nº 600.9.171053/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  96. Inquérito Civil nº 600.9.50586/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  97. Inquérito Civil nº 085.9.86690/2017, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
  98. Inquérito Civil nº 699.0.135388/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
  99. Inquérito Civil nº 709.9.83243/2018, da 4ª Promotoria de Justiça e Simões Filho;
  100. Procedimento Ministerial nº 126.9.239511/2017, da 4ª Promotoria



- de Justiça de Jequié;
101. Procedimento Ministerial nº 701.9.182542/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
  102. Procedimento Ministerial nº 003.9.1242/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
  103. Inquérito Civil nº 001.9.202404/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  104. Inquérito Civil nº 001.9.217869/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  105. Inquérito Civil nº 709.9.175343/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
  106. Procedimento Ministerial nº 241.0.224791/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
  107. Inquérito Civil nº 003.0.253158/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  108. Procedimento Ministerial nº 608.0.162860/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
  109. Inquérito Civil nº 674.0.240283/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  110. Procedimento Ministerial nº 694.0.107584/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
  111. Inquérito Civil nº 003.9.209740/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  112. Procedimento Ministerial nº 596.9.214627/2017, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  113. Inquérito Civil nº 003.9.46283/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  114. Inquérito Civil nº 003.0.74776/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  115. Procedimento Ministerial nº 694.0.103654/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
  116. Inquérito Civil nº 003.9.3314/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
  117. Inquérito Civil nº 714.0.129289/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
  118. Inquérito Civil nº 003.0.10036/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  119. Inquérito Civil nº 249.9.125699/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;
  120. Inquérito Civil nº 597.9.233420/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  121. Inquérito Civil nº 674.0.121064/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  122. Procedimento Ministerial nº 598.0.197330/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA